

## Epistemologia decolonial e práticas antirracistas: uma episteme possível na pesquisa em educação básica

Thaís Pimenta Pimentel<sup>1</sup>  
Maria José Aviz do Rosário<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo desse artigo científico é apresentar uma breve discussão teórica sobre as bases epistemológicas que sustentam a produção do conhecimento na Educação Básica e situar uma das epistemes, estabelecendo uma relação com o conceito de práticas antirracistas na escola básica quilombola. Para isso, metodologicamente, realizou-se uma revisão de autores/as que pesquisam e produzem cientificamente, a partir de uma base epistemológica decolonial ou que se aproxima dela, trazendo uma discussão relacionada a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), no pensar sobre as práticas antirracistas. O estudo demonstrou, com base nos autores Quijano (2005), Santos; Menezes (2010), Mignolo (2017), Collins (2018) entres outros, que as epistemes decoloniais são uma possibilidade relevante para a pesquisa sobre práticas antirracistas, tendo a legislação específica vigente como um indicativo que permite outros saberes, os quais colocam o negro em perspectiva de protagonismo frente à história de formação do povo brasileiro e do Continente Africano, constituídos como local de saberes e culturas, ou seja, o estabelecimento de outras epistemes que contribui para desconstrução de práticas racistas e oportuniza práticas antirracistas.

Palavras-Chave: Epistemologia Decolonial; Escola Básica; Práticas Antirracistas.

### 1. Introdução

A partir de estudos e pesquisas sobre Epistemologia e Produção do Conhecimento na Educação Básica, desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em Currículo da Escola Básica (PPEB/UFGA), nível de doutorado, nos grupos de discussões e pesquisas, juntamente com levantamento bibliográfico especializado na temática, foi possível refletir e compreender que a pesquisa e produção científica a respeito da educação básica. Nesse sentido, é preciso ter uma base epistemológica consubstancial, a qual ajudará a sustentar e defender o problema de investigação de qualquer pesquisa, pois será exatamente essa episteme que dará o suporte teórico para a produção do saber científico e fará a diferença do senso comum.

Compreender a epistemologia como arcabouço teórico e metodológico no processo de investigação científica é basilar para a produção de um novo saber frente a qualquer problemática, pois entender a “[...] epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do

<sup>1</sup> Doutoranda em Currículo e Gestão da Escola Básica pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica (UFPA) e professora da Rede Municipal de Educação de Ananindeua/PA. E-mail: [thaispimenta10@hotmail.com](mailto:thaispimenta10@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2006) e Pós-Doutora pela Universidade Católica de Brasília (2017) e professora titular do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [mrosario@ufpa.br](mailto:mrosario@ufpa.br)

saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais” (Tesser, 1995, p. 93), é compreender a teoria do saber científico.

Desse modo, para a pesquisa de doutorado que está em desenvolvimento, tendo como objeto as práticas docentes antirracistas na escola básica quilombola, compreendendo aqui como práticas antirracistas o que é estabelecido a partir da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) e de autores bases que pesquisam e discutem a educação na perspectiva antirracista, e com vistas a uma formação que respeite a diferença racial/étnica/cor, conforme os autores Gomes (2005); Munanga (2020), entre outros.

Para isso, inicialmente, a pesquisa tem como bases teórica as epistemologias do sul, ou seja, considera uma perspectiva decolonial, no que tange uma ótica sobre um “[...] projeto epistemológico, ético e político a partir de uma crítica à modernidade ocidental em seus postulados históricos, sociológicos e filosóficos” (Oliveira; Candau, 2010, p. 12), visto que a investigação de pesquisa discute a educação básica com a concepção de uma educação antirracista, isto é, colocando ao centro, historicamente, um grupo – os/as negro/as – da sociedade, que ficou à margem do processo educativo brasileiro, inclusive, tendo respaldo legal para essa exclusão durante um período da história (Silva, 2020).

Essa situação deixou marcas até hoje na educação básica, mesmo havendo uma redução nos números de jovens de 18 a 24 anos, pretos e pardos, que não frequentavam a escola e com menos de 11 anos de estudo, diminuindo de 2016 (30,8%) para 2018 (28,8%). Comparados às pessoas brancas, esse indicador era de 17,4% entres elas, em 2018 (IBGE, 2019)<sup>3</sup>, isto é, na educação básica, ainda há problemas relacionados a questões étnico-raciais, o que precisa ser investigado, problematizado e discutido academicamente.

No que tange ao recorte metodológico para a produção deste artigo, optou-se pela revisão bibliográfica de leitura e estudo de obras de autores/as com vasto reconhecimento no campo acadêmico referente à epistemologia decolonial (Quijano (2005), Santos; Menezes (2010), Mignolo (2017); Collins (2018), entres outros), os quais foram mobilizados para embasar a compreensão e discussão do objeto da pesquisa. Assim, possibilitou, baseado nos conceitos discutidos – colonialidade, colonialismo epistemológico, entre outros – uma fonte

---

<sup>3</sup> Dados retirados da Agência IBGE notícias. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

teórica fundamental para problematizar criticamente as práticas antirracistas no interior da escola básica quilombola.

## 2. Aproximações teóricas e reflexivas sobre a epistemologia decolonial

No campo das discussões epistemológicas, existe uma diversidade de epistemes que tecem confrontos e aproximações. Nessa lógica, é possível afirmar que não há uma epistemologia neutra; partindo da ideia de que “não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-los são as menos neutras” (Santos; Menezes, 2010, p. 07); pelo contrário, há epistemes dominantes que fazem parte de um grupo eurocêntrico, geograficamente localizado no globo e branco, o qual se fez/faz dominante durante muito tempo no campo da produção do saber científico e acadêmico.

Desse modo, nas últimas décadas, houve um movimento de teóricos, autores e pesquisadores, voltados para uma produção científica baseada em outras epistemologias, compreendendo a ideia de “que a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais” (Santos; Menezes, 2010, p. 07).

Esse movimento frisou, primordialmente, eleger a epistemologia que relacione o objeto da pesquisa, com os objetivos e interpretações dos achados como substancial a investigação científica, pois “[...] o nível epistemológico é importante porque determina quais questões são dignas de serem investigadas, quais abordagens interpretativas serão utilizadas para analisar evidências e qual será a finalidade do conhecimento daí derivado”. (Collins, 2018, p. 141).

É por essa perspectiva que o conjunto de epistemologias denominadas como epistemologias do sul<sup>4</sup>, sendo formadas por um vasto arcabouço teórico e diversificado, em um processo de rupturas epistêmicas postas, dá destaque a outros saberes que vão de encontro às epistemológicas coloniais, sobretudo quando partimos do princípio de que a epistemologia, segundo Collins (2018, p. 140),

Investiga padrões utilizados para avaliar o conhecimento ou *porquê* de considerarmos algo como verdadeiro. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia atenta para a maneira com que as relações de poder estabelecem quem é considerado confiável e o por que o é (Collins, 2018, p. 140).

<sup>4</sup> “Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (Santos; Menezes, 2010, p. 07).

Nesse contexto, esse texto dialoga com alguns teóricos e pesquisadores que fazem uso de epistemologias do sul (que busca ampliar o escopo do conhecimento científico global); ou da epistemologia decolonial (que se centra na desconstrução das estruturas coloniais de poder); ou se aproximam delas em seus estudos e suas pesquisas. Sem a pretensão de dar conta e expor todos as categorias e conceitos em torno dessas epistemologias, este artigo levanta pontos importantes para a reflexão sobre uma epistemologia decolonial para dialogar sobre o objeto da pesquisa.

A Epistemologia Decolonial é um campo de investigação e reflexão que busca desconstruir os paradigmas da modernidade/colonialidade e, ao mesmo tempo, propor e construir novos paradigmas epistemológicos, especialmente na América Latina, sendo capaz de valorizar e emergir os saberes dos subalternizados, dos povos tradicionais e outros sujeitos, historicamente silenciados pelo pensamento hegemônico eurocentrado. A ideia central é descolonizar o pensamento e promover uma visão mais plural e inclusiva nas sociedades. O pensamento Decolonial ancora-se em autores como Quijano (2005), Santos; Menezes (2010), Mignolo (2017); Collins (2018).

A colonialidade, conceito introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, representa o lado mais sombrio da modernidade ocidental e seus postulados epistemológicos. Segundo Mignolo (2017), esse lado sombrio surgiu entre o Renascimento e o Iluminismo, durante a colonização das Américas, e continua a influenciar o neoliberalismo capitalista atual. Essa “matriz colonial do poder” é uma pauta oculta que moldou nossa história e subjetividade dos seres humanos. Noutras palavras,

A “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, que eu elaborei em Histórias locais/projetos globais e em outras publicações posteriores. Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada por mim como o lado mais escuro da modernidade. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (Mignolo, 2017, p. 02).

A lógica da subalternização, tido como conhecimentos inferiores, está intimamente ligada ao processo de colonização, ao garantir a expansão geográfica do continente ocidental, por meio das novas conquistas. Também está em jogo processo de colonialidade não só dos territórios, mas também dos próprios sujeitos e suas mentalidades. O autor chama atenção para esse lado perverso e cruel da colonialidade, pois introduz um modo de pensar e fazer único, extremamente ligado ao continente europeu.

Esse processo de dominação configurou-se de tal maneira que determinados povos foram colocados em condições inferiores ao Europeu, ou seja, menor frente aos seus dominadores, inclusive, seus conhecimentos, cultura, política, economia, modo de vida e de ser foram colocados e renegados pelos colonizadores. Sobre tal questão, Santos e Menezes (2010) destacam que:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (Santos; Menezes, 2010, p. 7).

Para os autores, o colonialismo epistemológico ou do conhecimento, é uma maneira pela qual os dominadores inferiorizaram os saberes dos dominados. Compreender essa dimensão, é importante para entender as formas de dominação dos colonizadores, pois essa forma de superioridade, é repetidamente negada. Por meio do controle dos territórios, recursos naturais e humanos, o colonialismo também impôs uma hierarquia de saberes, marginalizando conhecimentos indígenas, africanos e de outras culturas que não são eurocentradas. Assim, os encobrimentos e os silenciamentos epistêmicos proliferaram uma sociedade extremamente desigual, injusta, o que perpetuou a dominação dos dominadores sobre os dominados.

Por outro lado, os atores aqui citados, ao fazerem a crítica aos modos operantes da colonialidade, propõem uma epistemologia que faça o contraponto a este modelo vigente:

o pensamento e a ação descolonial focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilidade de opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais (Mignolo, 2017, p. 6).

A decolonialidade ou pensamento decolonial, como uma epistemologia pensada a partir dos próprios sujeitos, é um movimento na busca pela descolonização dos saberes, das tradições e conhecimentos produzidos pelos dominados, historicamente marginalizados. Para os autores decoloniais Quijano (2005), Santos; Menezes (2010) Mignolo (2017) e Collins (2018), é necessário uma ruptura e mudança dos paradigmas epistemológicos dominantes, ou seja, romper com a epistemologia eurocêntrica, possibilitando novas formas de compreensão do mundo e dos seres.

A alternativa epistêmica que emerge com o pensamento decolonial não está dissociada das práticas e das lutas concretas de sujeitos corpo-politicamente situados. As encruzilhadas abertas por esse pensamento apontam para rotas alternativas à racionalidade moderna/colonial/patriarcal (Reis, 2020, p. 14).

Nesta perspectiva, o pensamento decolonial é uma epistemologia de resistência contra as formas mais perversas de aniquilação dos saberes tradicionais do povo negro, indígenas, quilombolas, do campo e das periferias, pois possibilita que estes sujeitos sejam seus próprios agentes de transformação e do saber, uma vez que

existem vários universos culturais, não existe um sistema único organizado em centro e periferias, mas um conjunto de sistemas policêntricos em que centro e periferias são contextuais, relativos e politicamente construídos (Nogueira, 2014, p. 34).

Pelo olhar decolonial, é possível construir um modo de pensar que dialogue com os diversos sujeitos, pois “a decolonialidade são os processos de busca de se estar no mundo e fazer nesse estar desobedecendo àquilo que a retórica da modernidade e do desenvolvimento quer que sejamos e façamos” (Mignolo, 2014). Portanto, na perspectiva das epistemologias decoloniais, a construção do conhecimento é processo de desconstrução dos paradigmas dominantes e a afirmação de saberes que valorizem e respeitem as diferenças, descolonizando os modos de fazer pesquisas e os métodos de base eurocêntrico, com visibilidade os sujeitos marginalizados e renegados nos seus fazeres e saberes.

### **3. As práticas antirracistas compreendidas a partir da decolonialidade**

Para discutir e compreender as práticas antirracistas relacionadas ao pensamento epistêmico decolonial, faz-se necessário entender, brevemente, o que são práticas pedagógicas antirracistas no contexto da escola básica. Para este estudo, demarcamos aqui as práticas desenvolvidas por professoras negras na escola quilombola, observando essas práticas docentes coadunadas pela perspectiva antirracista, isto é, trata-se de uma discussão relacionada ao enfrentamento ao racismo com metas a uma educação antirracista na escola básica.

Desse modo, sobre a definição de práticas pedagógicas na escola básica, nos embasamos em Franco (2016), que explica a prática pedagógica como um conjunto de intencionalidade, com finalidades específicas frente a um determinado objetivo, ou seja: “[...] uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades” (Franco, 2016, p. 536). Assim, a prática pedagógica deve trazer as intenções claras ao que se deseja alcançar com essa prática.

A partir desse entendimento, buscamos conceituar/nomear uma prática pedagógica na escola básica que respeite a diversidade étnico-racial de seus educandos, ou seja, práticas antirracistas, baseando-se em indicações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para

a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), vinculadas ao aprofundamento dos conteúdos indicados na Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), sobretudo quando destaca que:

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (Brasil, 2004, p. 12).

Essas indicações permitem pensar um possível conceito sobre o que são práticas antirracista, pois não se pode perder de vista que a escola é um espaço de poder<sup>5</sup>, o que implica uma disputa sobre os saberes desenvolvidos no seu interior, os quais historicamente, colocaram o negro em um lugar de subalternidade, o que implicou/implica diretamente na formação social das/dos educandas/os, pois “como experiência específica humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2010, p. 98).

A compreensão de práticas antirracistas, numa perspectiva decolonial, envolve um fazer pedagógico comprometido com a preocupação de desconstruir práticas racistas e a promoção da educação antirracista, o que atravessa princípios éticos, o que exige discussões e formações sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar, sendo “[...] necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate” (Gomes, 2005, p. 150).

As práticas antirracistas perpassam por uma compreensão de conhecimentos históricos e teóricos, a partir de uma proposta de matriz intercultural e crítica, na qual o negro se torna protagonista no cenário da constituição identitária brasileira, e o continente Africano como um território de conhecimento, isto é, o saber por uma perspectiva epistêmica próxima ao pensamento decolonial, já que se utiliza das indicações propostas pela Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e de seus documentos regulamentadores. Essa visão também foi apontada nas pesquisas de Oliveira e Candau (2010), ao falar sobre Educação Antirracista e Pedagogia Decolonial:

Nos debates em torno da Lei 10.639/03, podemos observar algumas semelhanças com as reflexões sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser e a possibilidade

<sup>5</sup> Neste estudo, a escola é compreendida como um espaço social arraigado por relações de poder e dominação, os quais se reproduzem então em sua cultura e nos conhecimentos que a alimentam (Valle, 2008)

de novas construções teóricas para a emergência da diferença colonial no Brasil e de uma proposta de interculturalidade crítica e de uma pedagogia decolonial (Oliveira; Candau, 2010, p 32);

Considerar que a Lei 10.639/03 pode criar condições, dependendo das perspectivas adotadas pelos sujeitos envolvidos, para o estabelecimento, no contexto educacional brasileiro, de conflitos, confrontos e negociações epistêmicas, pondo em evidência a diferença através do pensamento crítico de fronteira, como fundamentado por Walter Mignolo, pois essa legislação permite a visibilidade de outras lógicas históricas, diferentes da lógica dominante eurocêntrica, além de pôr em debate a descolonização epistêmica (Oliveira; Candau, 2010, p. 38).

Como podemos observar na fala dos autores, o estudo de uma educação antirracista tem na legislação específica, possibilidade para produzir, também, práticas antirracista no interior da escola, uma prática por meio de uma reflexão de saberes que valorizem a cultura e a identidade negra; cultura essa que foi negada e desqualificada historicamente, pois

o fato de [os negros] terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (Munanga, 2020, p 19.)

Esse processo foi perpetuado por saberes enraizados nas epistemes coloniais, que empregam o conhecimento do ponto de vista do colonizador, tendo seu arcabouço teórico didático formativo, na maioria das vezes, nessa perspectiva, o que acaba perpetuando práticas racistas na escola.

A compreensão de práticas antirracistas, tendo como ponto de partida a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), é entender próximo ao debate decolonial, haja vista que essas práticas só podem ocorrer com o comprometimento de uma educação antirracista, que tenha como base a negritude, fazendo-se uso do conhecimentos que vem da cultura negra e do continente africano, que foram negados durante muito tempo pela história oficial. Esse movimento deu visibilidade ao processo de luta e resistência do povo negro, oportunizando uma educação democrática para todas/os educandas/os.

Desse modo, as práticas antirracista para o enfrentamento ao racismos e as diversas formas de violência contra as pessoas negras se materializam em atividades nas quais o/a negro/a é protagonista no processo histórico e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira é valorizada, sendo desenvolvido, nas disciplinas curriculares, ações pedagógicas, projetos de intervenção, práticas diárias cotidianas escolares etc. Essa prática oportuniza não só apenas os/as educandos/as negros/as, assim como toda comunidade escolar a uma compressão crítica de resistência negra, bem como o reconhecimento do continente africano

como um lugar de conhecimento científico e cultural, estando enraizado historicamente no Brasil nas tecnologias, culinária, matriz religiosa negras, cultura trazidos pelos negros/as escravizados/as.

#### 4. Conclusão

Refletir o objeto da pesquisa a partir da epistemologia decolonial, é uma possibilidade para compreender, sob a égide do referencial teórico epistêmico decolonial, como as epistemes eurocêntricas anularam e subalternizaram os seres e os saberes dos povos tradicionais e dos africanos ao longo dos séculos. As epistemologias decoloniais possibilitam o encontro com novos autores e com outras concepções produzidas por outros sujeitos, as quais oportunizam ao debate acadêmico, saberes plurais, trazendo ao foco sujeitos/as (as/os negras/os, entre outros) visibilizados e subalternizados socialmente na produção do conhecimento.

Entretanto, não compreendemos essa episteme como perfeita. Lógico que existem pontos de crítica e contradições, as quais devem ser debatidas, o que não foi o foco desse trabalho, sendo uma alternativa de discutir uma episteme que abarque outras perspectivas teóricas.

No que se refere a uma prática antirracista na escola básica, que é o objeto da pesquisa, o pensar pautado na epistemologia decolonial é exatamente a busca para garantir uma prática pedagógica escolar, refletida nos documentos regulamentários – Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004) – os quais apontam para uma educação que respeite as identidades (destacando aqui a identidade negra), as culturas, os saberes trazidos do continente africano pelos povos escravizados, saberes esses que fazem parte de diferentes áreas da sociedade brasileira e precisam ser visibilizados e valorizados.

#### Referências

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da história afro-brasileira e africana*. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. *Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COLLINS, Patricia. Epistemologia feminina negra. In: COSTA, Joaze; TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 139-170.

FRANCO, Maria Amélia. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/abstract/?lang=pt>>. . Acesso em: 26 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: SECAD, 2005.

IBGE Notícias. *Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece*, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE.: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v32, n94, p. 01-17, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. Tradução André Langer. *Revista IHU*, São Leopoldo, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/533148-o-controle-dos-corpos-e-dos-saberes-entrevista-com-walter-migno>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a Lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: Pallas/Biblioteca Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Luíz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>>. Acesso em: 10 maio 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30

REIS, Diego. Saberes encruzilhados: (de) colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. *Educar em Revista*, Curitiba, v36 e 75102, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.75102>>. Acesso em 26 mai. 2024.

SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Antônio Batista. Desigualdades educacionais da população negra do Brasil: um contexto sócio-histórico. *Psicologias em Revista*, Belo Horizonte, v.26, n3, p. 836-856, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p836-856>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas Contemporâneas. *Educar*, Curitiba n.10, p.91-98. 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar dos saberes escolares na sociologia brasileira da educação. *Currículo sem Fronteiras*, vol. 8, n. 1, p. 94-108, jan/jun, 2008. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/valle>>. Acesso em: 16 maio 2023.

## **Epistemología decolonial y prácticas antirracistas: una episteme posible en la investigación sobre educación básica**

### **Resumen**

El objetivo de este artículo científico es presentar una breve discusión teórica sobre las bases epistemológicas que sustentan la producción de conocimiento en la educación básica, y situar una de estas epistemes, que también permite relacionarla con el concepto de prácticas antirracistas en las escuelas básicas quilombolas. Para ello, metodológicamente, se realizó una revisión de autores que investigan y producen científicamente a partir de una base epistemológica decolonial o que se aproxima a ella, trayendo una discusión relacionada con la Ley 10.639/03 (Brasil, 2003) y las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales y para la Enseñanza de la Historia y de la Cultura Afrobrasileña y Africana (Brasil, 2004), al pensar las prácticas antirracistas. El estudio utilizó los autores Quijano (2005), Santos; Menezes (2010), Walter Mignolo (2017); Collins (2018), entre otros, que las epistemes decoloniales son una posibilidad relevante para la investigación de prácticas antirracistas, siendo la legislación específica vigente un indicio que permite otros saberes, que coloca a las personas negras en una perspectiva protagónica en relación con la historia de la formación del pueblo brasileño y del continente africano, como lugar de saberes y culturas, es decir, otras epistemes, lo que contribuye a la deconstrucción de las prácticas racistas y proporciona oportunidades para las prácticas antirracistas.

Palabras claves: Epistemología decolonial; Escuela Básica; Prácticas antirracistas.

## **Épistémologie décoloniale et pratiques antiracistes : un épistème possible dans la recherche en éducation de base**

### **Résumé**

L'objectif de cet article scientifique est de présenter une brève discussion théorique sur les bases épistémologiques qui sous-tendent la production de connaissances dans l'éducation de base, et de situer l'une de ces épistèmes, qui permet également d'établir une relation avec le concept de pratiques antiracistes dans les écoles élémentaires de Quilombola. À cette fin, sur le plan méthodologique, une analyse documentaire a été

réalisée sur les auteurs qui effectuent des recherches et produisent scientifiquement à partir d'une base épistémologique décoloniale ou qui s'en rapproche, en amenant une discussion liée à la loi 10.639/03 (Brésil, 2003) et aux lignes directrices du programme national pour l'éducation aux relations ethniques et raciales pour l'enseignement de l'histoire et de la culture afro-brésiliennes et africaines (Brésil, 2004), dans le cadre de la réflexion sur les pratiques antiracistes. L'étude a utilisé les auteurs Quijano (2005), Santos ; Menezes (2010), Walter Mignolo (2017) ; Collins (2018), entre autres, que les épistémès décoloniales sont une possibilité pertinente pour la recherche sur les pratiques antiracistes, la législation spécifique en vigueur étant une indication qui permet d'autres connaissances, qui place les personnes noires dans une perspective protagoniste par rapport à l'histoire de la formation du peuple brésilien et du continent africain, en tant que lieu de connaissances et de cultures, c'est-à-dire d'autres épistémès, ce qui contribue à la déconstruction des pratiques racistes et offre des opportunités pour les pratiques antiracistes.

Mots-clés: épistémologie décoloniale; École élémentaire; Pratiques antiracistes.

## **Decolonial epistemology and antiracist practices: a possible episteme in basic education research**

### **Abstract**

This scientific article aims to present a brief theoretical discussion on the epistemological foundations underlying knowledge production in Basic Education and to situate an episteme that also allows for a connection with the concept of antiracist practices in quilombola basic schools. Methodologically, a review of scholars who research and produce scientifically from a decolonial epistemological base, or one that approximates it, was conducted. The study engages with Law 10.639/03 (Brazil, 2003) and the National Curriculum Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (Brazil, 2004), considering the role of antiracist practices. Drawing on authors such as Quijano (2005), Santos and Menezes (2010), Walter Mignolo (2017), and Collins (2018), among others, the study demonstrated that decolonial epistememes represent a relevant avenue for research on antiracist practices. It further highlights specific legislation as an indicator that allows for alternative knowledge systems, positioning Black individuals as protagonists in the history of Brazilian formation and viewing the African continent as a source of knowledge and culture. These epistememes contribute to the deconstruction of racist practices and provide opportunities for antiracist practices.

Keywords: Decolonial Epistemology; Basic Education; Antiracist Practices.